



ACÓRDÃO Nº724/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11751/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Marcelo Gomes de Oliveira, Americo Gorayeb Junior, Rene Levy Aguiar, Marcelo Alessandro Conceição Fonseca.
- 6- **Advogado:** Robert Merril York Júnior – OAB/AM 4.416, Hugo Fernandes Levy Neto – OAB/AM 4366, Carolina Augusta Martins – OAB/AM 9.989, Vitor Hugo T. Simões - OAB/AM 9.286, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Gabriel Simonetti Guimarães – OAB/AM 15710, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa – OAB/AM 14193, Wilsom Filipe de Souza Matos OAB/AM 14254, André de Santa Maria Bindá – OABAM 3707
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD, DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3862/20212-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus – SRMM. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, referente ao exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. **Rene Levy Aguiar**, Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus, no período de 01.01.2015 a 19.03.2015, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei



ACÓRDÃO Nº724/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, referente ao exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. **Americo Gorayeb Junior**, Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus, no período de 20.03.2015 a 31.12.2015, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.3. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, referente ao exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. **Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo de Administração e Finanças e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2015 a 28.10.2015, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.4. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus - SRMM, referente ao exercício de 2015, de responsabilidade do Sr. **Marcelo Alessandro Conceição Fonseca**, Secretário Executivo de Administração e Finanças e Ordenador de Despesas, no período de 29.10.2015 a 31.12.2015, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.5. Dar quitação ao Sr. **Rene Levy Aguiar**, Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus, no período de 01.01.2015 a 19.03.2015, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.6. Dar quitação ao Sr. **Americo Gorayeb Junior**, Secretário de Estado de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Manaus, no período de 20.03.2015 a 31.12.2015, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.



ACÓRDÃO Nº724/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.7. Dar quitação ao Sr. **Marcelo Gomes de Oliveira**, Secretário Executivo de Administração e Finanças e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2015 a 28.10.2015, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.8. Dar quitação ao Sr. **Marcelo Alessandro Conceição Fonseca**, Secretário Executivo de Administração e Finanças e Ordenador de Despesas, no período de 29.10.2015 a 31.12.2015, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.9. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.9.1. Ausência de Unidade de Controle Interno nessa Secretaria, no exercício de 2015, descumprindo o que estabelece o art. 44 da Lei 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM);

10.9.2. Pagamento de Juros no valor total de R\$ 2.414,76 ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), por atraso de recolhimento, descumprindo o princípio constitucional da economicidade;

10.9.3. Na Relação de Adiantamentos Acumulados, apresentada na Prestação de Conta Anual de 2015, consta o valor de R\$ 8.000,00, cujo favorecido é Marcelo Alessandro Conceição Fonseca. Solicitamos que a Administração justifique a permanência desse registro, uma vez que os recursos recebidos a título de adiantamento devem ser aplicados em até 90 (noventa) dias e sua prestação de contas realizada em até 30 (trinta) dias. Como determina os artigos. 7º e 9º, do Decreto Estadual nº 19.396, de 22/12/94;

10.9.4. Não restou comprovada a forma de investidura dos servidores efetivos (art. 1.º, IV, da Lei nº. 2.423/96; Resolução nº. 04/96-TCE);

10.9.5. Ausência de documentação referente a eventual (is) concurso (s) público (s) realizado (s) (art. 1.º, IV, da Lei nº. 2.423/96; Resolução nº. 04/96-TCE);

10.9.6. Não se mostra evidente a forma de recrutamento e seleção dos estagiários, nem tampouco se comprovou sua ampla divulgação;

10.9.7. Tendo em vista os princípios da economicidade e do



ACÓRDÃO Nº724/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

planejamento, houve estudo técnico que comprovasse ser a opção de alugar mais vantajosa do que a de adquirir veículos? Deve ser apurado o custo da locação por cada veículo por dia; devem ser trazidas aos autos informações a respeito do custo de aquisição de cada veículo equivalente ao locado;

10.9.8. Deve a comissão esclarecer se a licitação para compra de passagens aéreas —foram precedidas de estimativas das quantidades de bilhetes e trechos, as quais deverão ser anexadas aos autos; deve a comissão esclarecer se o contrato de compra de passagens aéreas previu o repasse à SRMM dos descontos eventualmente oferecidos pelos transportadores; deve a comissão requisitar os relatórios das viagens empreendidas pelos servidores da SRMM e investigar, por amostragem, a presença e a frequência dos mesmos nos locais para onde se deslocaram; deve a comissão analisar se as viagens satisfizeram aos princípios da moralidade, impessoalidade e economicidade;

10.9.9. Deve a comissão esclarecer se havia controle sobre o uso dos veículos locados pela SRMM (por exemplo, identificação dos motivos do deslocamento, da autoridade competente para autorizar o uso, do motorista, do trajeto e da quilometragem; elaboração de mapas de controle; limitação do uso somente em dias úteis e horários previamente fixados; especificação das medidas adotadas para preservar os instrumentos de medição, tais como velocímetro, hodômetro ou celerímetro e medidor do nível de combustível etc.);

10.9.10. Devem ser exibidas as leis estaduais que dispuseram a respeito da concessão de auxílio-alimentação e sobre a forma de calcular o seu valor. Oportuno destacar que o princípio da reserva legal impede que a matéria seja exclusivamente regulada por meio de decreto ou ato normativo infralegal;

10.9.11. Questiona-se primeiramente, como era feito o controle e fiscalização por parte desta unidade gestora dos veículos e equipamentos locados? Como a unidade gestora contratante tinha o controle de quais veículos e equipamentos estavam disponibilizados para cada local e/ou obra, uma vez que eram diversos os locais com obras e serviços de engenharia? Quem era o responsável para receber e atestar o fornecimento dos veículos e equipamentos? Apresentar os documentos que comprovem o exercício das atribuições e obrigação de fiscalização de



ACÓRDÃO Nº724/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

cada veículo ou equipamentos;

- 10.9.12.** Questiona-se primeiramente, como era feito o controle e fiscalização por parte desta unidade gestora dos serviços realizados? Como a unidade gestora contratante tinha o controle de quais logradouros estavam sendo recapeados, uma vez que eram diversos os locais com obras e serviços de engenharia? Quem era o responsável para receber e atestar o fornecimento dos serviços realizados, assim como fazer o controle de qualidade dos materiais asfálticos consumidos? Apresentar os documentos que comprovem o exercício das atribuições e obrigação de fiscalização de cada serviço;
- 10.9.13.** Ordem de serviço ou Requerimento para a locação dos equipamentos e veículos (art. 62 da Lei 8666/93);
- 10.9.14.** Em análise às medições apresentadas, verifica-se a utilização de máquinas para obras e serviços asfálticos, com o intuito de verificar a veracidade, e/ou impedir a duplicidade de faturamento de outras unidades gestoras, solicita-se a documentações ou informações sobre os contratos de fornecimentos de Material Asfáltico para a realização dos serviços apresentados em processo de medição (art. 67, § 1º da Lei 8666/93);
- 10.9.15.** Lista completa dos servidores ou contratados, responsável para a condução dos veículos alocados, com a respectiva descrição dos serviços executados;
- 10.9.16.** Ausência de laudos de vistoria, incluindo projetos de execução e acompanhamento para as medições, caracterizando os serviços e locais onde foram utilizadas as Máquinas Locadas, devendo ser emitido pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra/serviço (art. 67, § 1º da Lei 8.666/93);
- 10.9.17.** Apresentar Planilhas de Medição e acompanhamento dos contratos, inclusive indicando o saldo contratual durante as medições de cada item contratado (art. 67, § 1º da Lei 8666/93);
- 10.9.18.** Art. de execução dos serviços de recuperação de vias nas quais os serviços de pavimentação foram realizados, conforme fotos apresentadas nos processos de medições contratuais, (arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal N.º 6.496/77 c/c o arts. 1º, 2º e 3º da Resolução N.º 425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA);
- 10.9.19.** Art. de execução de ramais, nos quais os equipamentos e veículos locados foram utilizados para a realização dos



ACÓRDÃO Nº724/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

serviços (arts. 1º, 2º e 3º da Lei Federal N.º6.496/77 c/c o arts. 1º, 2º e 3º da Resolução N.º425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA);

10.9.20. Liquidação e pagamento dos serviços contratados, que não tiveram a execução comprovada.

10.10 Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Maio de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral